

As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil¹

Introdução

No Brasil, ainda predomina a ‘norma’ de que as atividades realizadas na esfera do privado são atribuições das famílias, incidindo na responsabilização das mulheres. Isto tem implicações para a construção de uma sociedade menos desigual baseada na autonomia e independência destas (Sorj, n/d). As desigualdades entre os sexos/gêneros estruturam-se na tradicional divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres a responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelo trabalho do cuidado de outros (especialmente de filhos, idosos e doentes) desempenhadas na esfera da reprodução social, enquanto aos homens são designados os espaços de atuação na vida econômica e política da sociedade.

Diante de tal cenário, a intervenção do Estado, por meio de políticas públicas para a socialização das atividades da reprodução social, é tanto possível quanto necessária. Contudo, para qualificar e potencializar tais políticas, é necessário dispor de um conjunto de indicadores específicos e capazes de dar conta das múltiplas dimensões que localizam as desigualdades entre homens e mulheres. Dito de outro modo – deve-se não apenas atuar no que se refere ao trabalho produtivo-reprodutivo, tomados como espaços desarticulados, mas envolver outras dimensões mais amplas da experiência ou de vivência do trabalho tais como a ordem de subjetividade da vida de homens e de mulheres. Para isso, as pesquisas sobre os usos do tempo devem constituir uma das ferramentas essenciais.

Nas últimas décadas, o governo brasileiro vem desenvolvendo relevantes esforços, com vistas a promover mudanças na própria estruturação do Estado e de suas políticas, viabilizando a construção de novos consensos políticos e sociais a respeito dos papéis de homens e mulheres na produção e reprodução sociais. Isto se intensificou a partir de 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, SPM/PR, que reafirma o compromisso do Estado com a garantia de direitos das mulheres. Assim, o interesse em estudar a questão dos usos do tempo entre as mulheres e homens advém do fato de considerar-se que estas e estes representam um dos observatórios importantes para a análise das possíveis recomposições das relações e

¹ Texto elaborado por Lourdes Bandeira e Renata Preturlan da Secretaria Executiva da SPM para a Conferência da IATUR-2013, Rio de Janeiro. De 07 a 09 de agosto de 2013.

dinâmicas de gênero em nossa sociedade, uma vez que estão diretamente relacionadas com o(s) tipo(s) de atividade(s) desempenhadas. As políticas públicas devem considerar as conexões entre o tempo de trabalho formal produtivo e da reprodução social, assim como o tempo pessoal/subjetivo (Moliner, 2009).

Este texto centra-se em quatro pontos: 1) as iniciativas do governo brasileiro para desenvolver pesquisas na área de usos do tempo; 2) uma breve discussão sobre as mudanças na tradicional divisão sexual do trabalho, especialmente no que se refere à inserção das mulheres no mercado de trabalho e em outras atividades, que envolvem o tempo pessoal; 3) algumas limitações das pesquisas sobre os usos do tempo: o que elas não apreendem; algumas questões metodológicas à sua construção e a operacionalização em políticas públicas; 4) por fim, alguns desafios para as políticas públicas.

1) Pesquisas sobre uso do tempo: sua relevância e as iniciativas do governo brasileiro

Para a efetivação de políticas públicas que contribuam para a ressignificação da divisão sexual do trabalho, são necessários indicadores específicos que traduzam a complexidade da realidade social e que sejam compreendidos pelos gestores públicos. Nesse sentido, os estudos sobre usos do tempo são importantes para subsidiar a elaboração de políticas públicas que transfiram parte da responsabilidade pelas atividades de cuidado e do trabalho reprodutivo das mulheres a uma oferta maior e mais complexa de equipamentos públicos. A motivação e estímulo a estes estudos também se devem ao reconhecimento de que trarão informações úteis para identificar desigualdades nem sempre percebidas referentes às atividades domésticas, aos “trabalhos paralelos” -*travaille à cote*-;² isto é, a um conjunto de outras atividades pouco visíveis e pouco captáveis nas pesquisas sobre os usos do tempo - tempo pessoal, que envolvem o corpo, sexualidades, etc, uma vez que não são atividades mercantis e monetárias ou atividades “submetidas às necessidades” (Hirata, et. al. 2009).

No geral, as pesquisas sobre os usos do tempo com recorte de gênero investigam uma equação mais tradicional da divisão sexual do trabalho, a partir de um indicador-chave: o que é definido como trabalho e o tempo total de trabalho, que é composto pela

² Aqui a definição de *travaille à côté*, traduzido como *trabalho paralelo* é referenciada na definição de Florence Weber, : “...expressão que enfatiza o fato de se tratar de uma atividade marginal, não oficial ‘paralela’, ao trabalho profissional principal, mas também ‘paralela’ ao pagamento de impostos, aos controles estatais e empresariais. (...) acentua o caráter central da fábrica [produção] e o caráter lúdico desse trabalho que designa todo um leque de atividades que não implicam necessariamente, pagamento”(op.cit.2009:13).

soma do tempo de trabalho remunerado (formal), e o tempo de trabalho doméstico não remunerado. No geral, ainda são vistos como dois domínios separados e excludentes do tempo pessoal. Quando somadas as jornadas, o tempo total destinado ao trabalho dentro e fora da casa é sempre maior para as mulheres. Entretanto, as pesquisas sobre usos do tempo podem levar a conclusões muito além da identificação das desigualdades nessas jornadas: podendo também viabilizar diagnósticos mais precisos a respeito das atividades específicas que executam homens e mulheres, e possibilitar compreender uma noção de trabalho vinculado à condição diferenciada por gênero, por tempo pessoal e em diferentes espaços.

As pesquisas podem ainda viabilizar um índice de valoração monetária do trabalho doméstico não remunerado, evidenciando sua contribuição para a reprodução social e o desenvolvimento do país. Segundo Hirata (2010:2/3) – “O mais importante é que são as mulheres, majoritariamente, que fazem este tipo de trabalho. O fato delas fazerem o mesmo tipo de trabalho e cuidado (...) de maneira gratuita dentro de suas casas, faz com que esse trabalho seja muito desvalorizado e mal pago. Ao mesmo tempo, o fato de que as mulheres comecem a trabalhar de maneira remunerada, mesmo mal pagas (...), paradoxalmente, visibiliza um trabalho doméstico, até então efetuado de maneira privada e invisível. Isso mostra que esse trabalho não é feito gratuitamente, tem que ser remunerado e mercantilizado. A externalização do trabalho doméstico, que antes era feito por amor ao marido, ao companheiro, pode ser um lugar de valorização deste trabalho (...) isso faz com que esse trabalho seja cada vez mais significativo na sociedade contemporânea”.

Em última instância, são novos olhares e perspectivas que devem pautar a produção de dados e pesquisas, com vistas a subsidiar a elaboração de políticas públicas que visam reduzir a sobrecarga das mulheres no trabalho reprodutivo e de cuidados, e contribuir para sua autonomia pessoal.

O Estado brasileiro vem promovendo, nas últimas duas décadas, importantes avanços. A partir de 1992, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu em sua pesquisa domiciliar (a PNAD) questões referentes ao trabalho reprodutivo e ao uso do tempo. Inicialmente, contemplou questão a respeito dos membros do domicílio que realizam afazeres domésticos; outra a respeito do tempo dispendido no deslocamento entre a casa e o trabalho. Em 2001, incluiu ainda questionamentos a respeito do número de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos. Tratou-se de um importante passo, gerando dados que permitem uma visão

mais aprofundada da realidade da divisão sexual do trabalho. Os resultados possibilitam avaliar temas como as múltiplas jornadas e associá-las à inserção de mulheres no mercado de trabalho e condições de vida.

A criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, firma o compromisso do Estado brasileiro com a promoção dos direitos das mulheres. Além disso, evidencia a necessidade de incluir outras questões antes relegadas ao âmbito privado; a situação do trabalho reprodutivo passa a ter visibilidade e é colocada no centro da agenda de políticas públicas. Os compromissos estatais se materializam nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, que em suas três edições (2004, 2008 e 2013) reforçam a necessidade de políticas públicas de combate às desigualdades de gênero no espaço público e privado.

Em 2007, foi realizado no Rio de Janeiro o *Seminário Internacional sobre Pesquisas de Uso do Tempo*, encontro com objetivo de avaliar as demandas por pesquisas e estatísticas na área e problematizar a atuação do governo. O encontro reuniu pesquisadores, especialistas e agentes públicos, e resultou na proposição de um grupo de trabalho governamental para dar continuidade às iniciativas na área.

Tais iniciativas foram reforçadas diante de reivindicações levadas à 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, no ano de 2008. As Conferências, importantes instrumentos de promoção da participação social nas políticas públicas, foram fundamentais para consolidar o diagnóstico a respeito da necessidade de equipamentos sociais de apoio ao trabalho reprodutivo. A moção nº 10 chamou a atenção do Estado para a ampliação de creches públicas, ampliação do transporte público de qualidade e outras políticas que contribuem para melhorar a qualidade de vida das mulheres e reduzir o tempo que elas dedicam a essas atividades.

Em 2008, em consequência desses processos, foi criado o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, o CGUT³, com o objetivo de estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e análise das estatísticas oficiais no país. O CGUT é coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e tem as seguintes atribuições: I) promover a realização de estudos e pesquisas e o desenvolvimento de sistemas de informações estatísticas de gênero e uso do tempo; II) fomentar a elaboração de indicadores sobre as relações de gênero e uso do tempo; III)

³ A partir da Portaria Interministerial nº 60, de 19 de setembro de 2008, e tem como membros permanentes o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Membros convidados a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e ONU Mulheres.

construir um banco de boas práticas que reflita as experiências de incorporação do enfoque de gênero e dos usos do tempo nos trabalhos desenvolvidos pelos institutos de pesquisas e estatísticas oficiais e pelos organismos governamentais de políticas para as mulheres, nos planos nacional e internacional; IV) promover e participar de seminários nacionais e internacionais, possibilitando a troca de experiências nestas áreas temáticas; e V) atuar no desenvolvimento de pesquisas, análises de dados e estudos sobre temas relevantes para a implementação de políticas orientadas para a igualdade de gênero⁴.

A partir das discussões no âmbito do Comitê, gerou-se uma pesquisa-piloto sobre uso do tempo, aplicada no modelo de diário, em 2009, no âmbito da PNAD Contínua. Essa pesquisa, inovadora, ofereceu um panorama detalhado das diversas atividades executadas por homens e mulheres, e sendo uma promissora base a partir da qual novas iniciativas serão produzidas.

Na 34ª Conferência da IATUR, a International Association for Time Use Research, que foi realizada entre os dias 22 e 24 de agosto na cidade de Matsue, Japão, o CGUT foi representado pelo IBGE e pela SPM.⁵ Por sua vez, em 2010, fruto também da atividade do Comitê, foi realizado, na cidade do Rio de Janeiro, o II Seminário Internacional sobre Uso do Tempo *Aspectos Metodológicos e Experiências Internacionais*. Em 2012, ocorreu em Brasília, outro seminário sobre o uso do tempo: *Uso do Tempo e Políticas Públicas de Cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável*⁶. Os órgãos integrantes do CGUT contaram com a parceria da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para o evento.

2) A divisão sexual do trabalho e a “falta” de tempo das mulheres

Apesar de ser igual para todas e todos, pois um dia tem 24 horas em qualquer lugar no mundo, o uso que homens e mulheres fazem do tempo de trabalho – o tempo no trabalho – é bastante distinto. Dito de outro modo, “as distintas modalidades de inserção de homens e de mulheres em cada uma das esferas – produção e reprodução é realizada de maneira própria e conduz a processos específicos de individuação de usos

⁴Desde o início, um dos principais objetivos do CGUT foi a viabilização de uma pesquisa de uso do tempo entre as diversas realizadas pelo IBGE.

⁵Na Conferência foram realizadas três apresentações durante a conferência: duas delas se referiram à pesquisa piloto sobre os usos do tempo realizada pelo IBGE, em 2010 e outra apresentando a política de creches brasileira e a série histórica de 2001 a 2009 dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

⁶O seminário promoveu reflexões sobre as pesquisas em uso do tempo em diversos países latinoamericanos e suas interfaces com as políticas públicas.

do tempo” (Hirata, 2009:259). Apesar da ambiguidade conceitual da definição do que se denomina de “trabalho doméstico” para Hirata (2009: 257) trata-se de “...um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado de pessoas e que são executadas no contexto da família - domicílio conjugal e parentela – envolve o trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres”. Trata-se, pois, de uma relação de serviço, relação social de sexo que demanda a disponibilidade permanente do tempo feminino que caracteriza o trabalho doméstico e de cuidados. Haicault (1984) destaca as dimensões emocionais que o trabalho doméstico envolve, as quais podem ocasionar transtornos mentais, dado seu nível de exigência e dedicação. É necessária a presença constante para atividades demarcadas pela repetição. A autora denominou de ‘carga mental’ esse custo, que reflete as dimensões materiais e das necessidades emocionais (apud, Hirata, op.cit. 2009). Assim, a inserção diferenciada de homens e mulheres tem sua origem e se legitima na divisão sexual do trabalho, que simultaneamente distingue os trabalhos que são próprios aos papéis de gênero; os hierarquizados e lhes atribui valores diferenciados e estigmatizados, a saber: “Homem que manda é líder. Mulher que manda é mandona”, diz o senso comum. Assim, certos trabalhos são associados aos homens e, portanto, simbólica e materialmente valorizados, e outros, destinados às mulheres, são considerados socialmente inferiores.

A perspectiva tradicional da divisão sexual do trabalho distingue, de um lado, os trabalhos produtivos, realizados fora de casa, remunerados e socialmente visíveis, produtores de valor, voltados à esfera masculina. De outro lado, os trabalhos destinados às mulheres são aqueles vinculados à reprodução social, no âmbito doméstico, não remunerados e invisíveis como trabalho e como produtores de valor. Estes, cada vez mais, se complexificam e compreendem duas ordens: o trabalho de cuidados de outros, sobretudo daqueles/as que necessitam de auxílio, envolvendo atividades contínuas e repetitivas e que requerem o engajamento afetivo e a presença constante. Outras atividades dizem respeito à garantia de condições básicas de manutenção da vida, como lavar roupas, limpar a casa, preparar refeições, buscar água, etc. Embora o trabalho reprodutivo seja indissociável do trabalho produtivo, na medida em que é sua própria condição de possibilidade, nem sempre é visto assim, pois é tornado invisível aos olhos da sociedade e do próprio Estado. Em síntese, é demandada “a disponibilidade materna e conjugal das mulheres” (Hirata et. all. 2009:257). A subordinação do trabalho reprodutivo ao produtivo está vinculada às relações de dominação de gênero, que subalternizam simbólica e materialmente as mulheres e as atividades, áreas e dimensões

da vida social e tempos pessoais a elas associadas. Assim, o modelo normativo heteronômico sustenta a divisão sexual do trabalho que está na base de desigualdades evidenciadas diariamente nas relações sociais entre homens e mulheres, pois o fenômeno reflete as próprias relações de poder, de dominação, e de hierarquização de homens sobre mulheres.

A ideia de que o trabalho remunerado seria reservado com exclusividade ao homem e o trabalho doméstico e de cuidados à mulher configurado em norma social não corresponde necessariamente, às práticas sociais, salvo em circunstâncias históricas bem definidas (Hirata et al. 2009). Dessa perspectiva pode decorrer que as pesquisas sobre os usos do tempo incorporem as categorias classificatórias mais rígidas e normatizadas pela tradicional divisão sexual do trabalho, deixando de perceber não apenas as relações entre ambos, como as diversas mobilidades e dinâmicas de tempo(s) que se instalam, na esfera da reprodução social. Numerosos estudos já evidenciaram as variações existentes entre homens e mulheres – do tempo de trabalho segundo a atividade, assim como do ritmo de trabalho que influencia o ritmo das atividades exercidas no espaço doméstico e dos cuidados. Por exemplo, o ingresso das mulheres no mercado formal de trabalho passa a impor um “novo” ritmo mais acelerado ao desempenho das atividades domésticas. Há uma visível redução do tempo disposto para realizar os afazeres domésticos. Instala-se uma acentuada rapidez – para não perder tempo, que exige da mulher um tempo extra profissional estruturado ou um tempo concomitante, em relação ao tempo do emprego. Onde ficaria contabilizado o tempo pessoal? Quando ocupar-se de sua estética pessoal, do lazer, da sexualidade, dos estudos, por exemplo? (Molinier, 2009).

Ao mesmo tempo, deve-se destacar que no Brasil, nas últimas duas décadas houve um intenso processo de modernização econômica e social que provocou mudanças na composição do mercado de trabalho, na estrutura demográfica e nas relações familiares e afetivas. O modelo tradicional, segundo o qual o homem é o principal provedor da casa e a mulher dedica-se aos trabalhos domésticos e ao cuidado, sem remuneração foi posto em xeque. Tais mudanças agravaram as tensões nas relações entre homens e mulheres, como também, em relação ao tempo das mulheres dedicado aos afazeres domésticos. Nessa compressão dos tempos das mulheres e nas tensões decorrentes se localizam as causas de muitas das violências das quais as mulheres acabam sendo as principais vítimas.

Se por um lado se pode destacar o grande avanço das mulheres no mercado de trabalho, por exemplo, em 1981, somente um terço das mulheres eram economicamente ativas; em 2011, esse percentual aumentou para 64% das mulheres entre 16 e 59 anos⁷. Porém, por outro, emergem conflitos que acabam por dificultar a inserção das mulheres/mães no mercado de trabalho (sua saída da esfera doméstica). Por exemplo, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres atingiram 37,4% do total em 2011. Essas mulheres nem sempre podem contar com um parente ou com empregada doméstica para auxiliá-las.

Contudo, a entrada das mulheres no mercado de trabalho não representou – necessariamente, sua autonomia e sua “liberação” do trabalho reprodutivo ou a melhor distribuição dele entre os sexos. O arranjo tradicional é substituído por outro arranjo, no qual homens e mulheres ingressaram na esfera do mercado de trabalho, enquanto o trabalho reprodutivo e de cuidados é mantido sob a responsabilidade de uma cadeia de outras mulheres e que não dá respostas de melhorias às situações em que a maioria dos cônjuges participa do mercado de trabalho (Sorj, s/d).

Outras importantes mudanças, associadas ao perfil demográfico da população, devem ser mencionadas. Com a crescente urbanização e as transformações no padrão de cooperação intergeracional, as mulheres têm um número cada vez menor de filhos. A taxa de fecundidade das mulheres brasileiras encontra-se hoje em 1,95 filho por mulher, abaixo do patamar de reposição da população, que é de 2,1 filhos. Além disso, o modelo familiar tradicional (casal heterossexual com filhos) vem se tornando menos preponderante, com a crescente proporção de casais sem filhos. Portanto, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho tornou-se irreversível o que traz mudanças culturais de monta, relacionadas aos novos papéis de gênero que passam a valorizar a autonomia e a independência das mulheres.

Por outro lado, o aumento da expectativa de vida e a redução proporcional do número de jovens na população com a queda da natalidade fazem com que aumente em ritmo acelerado a proporção de pessoas idosas na população (definidas como aquelas com mais de 60 anos, de acordo com a legislação brasileira). A população idosa representava 4,1% da população brasileira em 1940; em 2010, passou para 13% do total (Censos Demográficos, IBGE).

⁷ A não ser que haja menção expressa em contrário, todos os dados citados têm como fonte a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE.

Do mesmo modo, a redução proporcional do número de crianças na população e o aumento proporcional do número de pessoas idosas colocam novos outros desafios: se as creches ainda são insuficientes para atender à demanda, sendo acessíveis aproximadamente a 50% das crianças e tão somente entre aquelas de estratos de renda superiores, asilos e outros equipamentos são ainda mais raros – e de custos elevados. Os equipamentos públicos para pessoas idosas são praticamente inexistentes, frente à expansão em curso das creches e da ausência de políticas públicas de abrigamento para pessoas idosas.

A síntese desses processos contraditórios resulta em uma sobrecarga para as mulheres, que permanecem sendo as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo. As estatísticas oficiais brasileiras fornecem alguns dados a respeito das diferenças de uso do tempo entre homens e mulheres que permitem evidenciar essa situação desigual. No Brasil, os homens trabalham fora de casa em média 42,5 horas por semana, 6,3 horas a mais que as mulheres, cuja média é de 36,2 horas de trabalho produtivo, ou o trabalho realizado fora do ambiente doméstico. O número de horas semanais que mulheres economicamente ativas dedicam ao trabalho doméstico é 22 horas semanais, sendo que homens economicamente ativos dedicam somente 10,2 horas semanais para estas atividades.

Estas disparidades têm sérias consequências no que se refere à qualidade da inserção das mulheres no mercado de trabalho. Uma vez nele, tendem a se concentrar em áreas relacionadas ao cuidado em sentido expandido (como a educação e a saúde), tradicionalmente associadas ao mundo feminino, que são simbólica e materialmente desvalorizadas. As mulheres hesitam em aceitar empregos mais distantes, e são mais propensas a aceitar trabalhos remunerados com jornadas reduzidas. O desemprego de mulheres é mais elevado e elas levam mais tempo procurando novos empregos que os homens. Além disso, as mulheres com maiores níveis de escolaridade e renda recorrem ao trabalho de outras mulheres (empregadas domésticas), contratando-as para realizar os afazeres domésticos. Embora se possa afirmar que as empregadas domésticas constitui uma categoria em declínio, ainda são um contingente significativo: eram 6,1 milhões em 2011. Isso representa 15,8% das mulheres que estão trabalhando ou procurando emprego⁸. Assim, a “solução” encontrada por mulheres de segmentos mais elevados,

⁸As trabalhadoras domésticas recebem baixos salários, não raro abaixo do valor mínimo, e até recentemente não tinham todos os seus direitos trabalhistas reconhecidos (até a aprovação da PEC das Domésticas, em março/2013).

para resolver o conflito entre as atividades domésticas e as demais esferas de sua vida resulta na contratação de empregadas domésticas, que paradoxalmente, asseguram sua inserção no mercado de trabalho. Os segmentos femininos populares acabam apelando para outros arranjos familiares e contar com a colaboração de filhos/as mais velhos, parentela e vizinhança, e poucas são aquelas que conseguem remunerar outras mulheres ou encontrar outros arranjos alternativos para dar conta do trabalho reprodutivo de seus lares. Não nos esqueçamos de que, para além da dimensão do trabalho, as mulheres ficam prejudicadas para se dedicar a outras atividades pessoais como da espiritualidade, do lazer, educação e aprimoramento da formação profissional, engajamento em atividades de caráter associativo, sindical ou político, entre outras. Contudo, continuam sendo as mulheres que cuidam de outros (homens, famílias, filhas, filhos, parentes, comunidades, escolas, idosos, pessoas doentes ou com necessidades especiais, cuidam do eleitorado, do meio ambiente, etc.).

Combinados, todos estes diferentes processos colocam uma série de desafios ao Estado, que deveria ser mais presente e eficaz, com políticas públicas e equipamentos sociais que possibilitassem melhor compartilhamento do trabalho reprodutivo.

3) O que as pesquisas sobre o uso do tempo não apreendem?

Como já mencionado acima, em geral as pesquisas sobre os usos do tempo tendem a concentrar-se na tradicional divisão sexual do trabalho, conceituada por Hirata (2009: 67) como tendo dois princípios organizadores: “o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher). (...) Estes princípios podem ser aplicados graças a um princípio de legitimação – a ideologia naturalista –, que relega o gênero ao sexo biológico e reduz as práticas a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie. No sentido oposto, a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas mesmas são resultado de relações sociais”. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho não é rígida e imutável, constatação também reforçada pela crítica feminista.

Outrossim, existe uma série enorme de outras práticas sociais fora do trabalho formal – do mercado e mesmo no domínio da reprodução – que não são captadas pelas pesquisas sobre os usos do tempo. O que estas pesquisas não apreendem? Introduzimos algumas observações referentes ao que não é apreendido, tendo como referência a articulação entre duas categorias. A primeira é a de *travail à côté* (ou trabalho paralelo

ou trabalho fora do trabalho), categoria usada por Florence Weber (2009), já mencionada, e que normalmente é organizada sob a etiqueta: *residência e lazer* (um lazer criativo). Envolve as atividades relativas ao *tempo pessoal ou tempo subjetivo*; estas outras dimensões da vida são diferentemente consideradas pelos homens e pelas mulheres e não têm as mesmas implicações para a condição de sexo/gênero, como por exemplo, os cuidados estéticos com o próprio corpo. Nessa mesma direção, as pesquisas realizadas por Molinier (op. cit., 2009) enfatiza a importância de analisar conjuntamente a complexidade das relações entre os tempos de vida, profissionais e privados.

A segunda categoria evidencia que as pesquisas sobre os usos do tempo podem representar um princípio do sistema de gênero. Bessinetall (2009) nomina como uma *dialética das temporalidades e de gênero*. Em outras palavras, os usos do tempo apreendidos em sua diversidade e notadamente em suas dimensões qualitativas resultam de práticas e são postas como produtoras de relações de poder. Nesse sentido, a dominação masculina repousa sobre a construção da relação com o tempo: a naturalização das competências ditas femininas se apoia sobre uma temporalidade baseada na relação com o outro; tem conotações sociodemográficas, pois se trata de apreender as desigualdades entre homens e mulheres nos usos do tempo, a partir da avaliação diferenciada, por sexo/gênero da inserção e distribuição no mercado de trabalho, no tipo de emprego e/ou de profissão, em um ou outro setor/atividade, no valor nominal do salário recebido. Tais diferenças refletem uma distribuição (*partage*) desigual em relação aos afazeres domésticos e de cuidados entre os sexos. Verificar essas diferenças nas pesquisas sobre os usos do tempo permite sistematizar melhor as desigualdades e possibilita meios políticos e sociais para combatê-las (Bessin et all., 2009).

Da perspectiva metodológica, alguns pontos são ainda escassos ou estão ausentes nas pesquisas sobre os usos do tempo:

- A necessidade de considerar os percursos sexuais associados aos usos do tempo, evidenciando, por exemplo, que as categorias de idade, raça e de sexo não se apresentam como simples variáveis; ao contrário, se articulam com os sistemas de hierarquia e de poder. Exemplificando: as profissões que são feminizadas continuam sendo as mesmas (mulheres empregadas no setor têxtil, servidoras públicas nos setores administrativos, trabalhadoras na saúde, empregadas do comércio e da indústria alimentar, professoras primárias e secundárias, entre outras), empregos e profissões que

permanecem e continuam a empregar a maioria de mulheres. Com variedades diversas, estas ocupações estão presentes ou emergem no mundo trabalho a partir de 1920 até 2010, conforme indicam os Censos já realizados.

- As mulheres trabalhadoras da área de cuidados são confrontadas com as exigências de um público próprio. A elas são demandadas habilidades específicas. No entanto, muitas daquelas que têm marido/companheiro e filhos /as são confrontadas com as exigências postas por esses últimos. São demandas e tempos diversos. Com isso, são expostas a dois tipos de tensões ou de conflitos concomitantes, oriundos dessas múltiplas demandas externas-internas, nem sempre passíveis de ser por elas respondidas a contento (Bessin et all. 2009; Moliner, 2009). **Como apreender**

- No geral, há competências/incompetências e aptidões/inaptidões que já são consideradas como naturalizadas para homens e mulheres, tanto na cultura como no senso comum. Por exemplo: dirigir melhor ou pior; ler um mapa rodoviário; ter mais senso de orientação no trânsito, realizar diversas atividades ao mesmo tempo, é uma das atribuições vistas como das mulheres, etc. Nem sempre essas práticas sexualizadas são questionadas ou desconstruídas nas pesquisas; ao contrário, são racionalizadas e incorporadas quando muito preservando certa neutralidade sobre as relações de sexo/gênero (Bessin, et all. 2009).

- Outro aspecto a considerar é que estas pesquisas no geral se apoiam sobre uma noção quantificável e linear de tempo, o que dificulta apreender a experiência de mulheres e de homens que descompartmentalizam suas atividades em tempos não uniformes e cronológicos. Como romper e captar os usos do tempo que não seja pela perspectiva do tempo uniforme dominante? Dito de outro modo, como ir além da cultura hegemônica do trabalho formal (computável, mensurável, quantificável, linear e monocrônico), portanto, da hegemonia de um tempo masculino? É exatamente sobre esta “neutralidade” dos usos do tempo que a crítica feminista incorre, segundo a qual o tempo é igual ao dinheiro.

- Isso leva a se considerar outro problema sobre as pesquisas de usos do tempo: registrar os tempos de trabalho – na esfera da reprodução e dos cuidados – com caracterizações constantes sexuadas, como, por exemplo, que a solicitude e a atenção em relação ao

outro sejam ‘características’ exclusivas e preponderantes femininas. Outro exemplo: sexualizar/generizar a maneira como as mulheres relatam suas trajetórias/histórias, com um nível exacerbado de detalhes, menor objetividade, etc. Ou ainda considerar que as dimensões lúdicas são masculinas e as altruístas são as femininas.

Assim, o tempo e seus usos não são neutros, mesmo quando apreendidos na série temporal dos diários de campo, uma vez que a objetividade da coleta não está isenta de sobrevalorizar ou de estigmatizar uma ou outra atividade, hierarquizando um sexo frente a outro. Nesse sentido, pode-se afirmar que os usos do tempo podem se configurar como produtores de desigualdades. Nesta direção se fazem necessárias novas posturas metodológicas que questionem esse “sistema hegemônico de sexo/gênero”, ao considerar que as pesquisas sobre os usos do tempo devem apreender as pluralidades em suas múltiplas dimensões, sobretudo de forma mais qualitativa (Bessin et al., 2009), com vistas a fornecer uma base de informações para a elaboração de políticas e ações públicas mais abrangentes e desestigmatizadas. Portanto, a produção de pesquisas quantitativas mais universalizantes e amplas deve ser combinada com pesquisas mais qualitativas localizadas e específicas para diferentes segmentos/grupos sociais.

4) Desafios para o futuro: a incidência nas políticas públicas

As pesquisas sobre os usos do tempo no cenário internacional vêm se consolidando como importantes instrumentos de elaboração de indicadores de condições de vida da população, pois se fortalece o consenso de que fornecem relevantes indicadores capazes de permitir análises das condições de vida da população e subsidiar as políticas públicas. Resta o desafio de torná-las instrumentos ainda mais efetivos na formulação e implementação de políticas públicas.

Nesse sentido, é importante destacar os compromissos crescentes que o governo da Presidenta Dilma Roussef vem assumindo para a implementação de políticas públicas que contribuam para desonerar as mulheres das atividades domésticas e de cuidado. Uma política que merece destaque é a expansão em curso das creches, por meio da ação *Brasil Carinhoso*, iniciativa do programa *Brasil Sem Miséria*. De modo articulado a outras políticas de superação da extrema pobreza e melhoria do acesso das/os cidadã/aos brasileiras/os a serviços básicos, a ação do primeiro tem como objetivo instalar seis mil creches no país, medida fundamental para permitir a inserção

de qualidade das mulheres no mercado de trabalho, além de lhes garantir mais tempo para se dedicar a quaisquer outras atividades, como fazer cursos, participar de atividades associativas, lazer, cuidados pessoais etc.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres, em especial, tem trabalhado junto aos demais ministérios do governo federal para promover tais políticas. Além de ter sido fundamental para promover a expansão das creches, a SPM ainda tem pautado o Executivo e os demais poderes sobre a necessidade de uma visão integrada e políticas articuladas para tanto o trabalho doméstico não remunerado quanto o remunerado. De fato, ambos refletem as dificuldades de coordenação e divisão das tarefas domésticas e de cuidado, e ambos recaem de forma mais significativa sobre as mulheres – seja porque são elas que fazem o trabalho não remunerado em suas próprias casas, seja porque são mulheres (pobres e na maioria afrodescendentes) as contratadas para realizar o trabalho doméstico de famílias de alta renda. Assim, tais fenômenos são articulados e demandam políticas que deem conta de sua complexidade.

A SPM desempenhou papel chave na construção de um consenso no governo federal a respeito da necessidade de expandir às/aos trabalhadoras/es domésticas/os os mesmos direitos previstos para os demais. Em 2013, uma grande vitória foi conquistada: a aprovação pelo Congresso Nacional de emenda constitucional ampliando os direitos das empregadas domésticas. Ao longo de todo o processo de negociação envolvida na aprovação da emenda e na sua regulamentação, a SPM sempre pautou a necessidade de ampliação dos equipamentos sociais de cuidado e trabalho doméstico, visibilizando que, do ponto de vista da igualdade de gênero, a conquista da PEC das domésticas é somente mais um passo de uma longa caminhada a ser percorrida.

Outras importantes políticas, como a ampliação dos serviços voltados a idosos, instalação de restaurantes populares, ampliação da licença paternidade e/ou criação da licença parental são exemplos entre diversas possibilidades que poderão pautar a atuação do Estado brasileiro nos próximos anos.

Referencias Bibliográficas

BANDEIRA, Lourdes. Importância e motivações do Estado Brasileiro para pesquisas de uso do tempo no campo de gênero. Rio de Janeiro, Revista Econômica, v 12, n 1, junho 2010 (p. 47-63).

BESSIN, Marc et GAUDART, Corinne. Les temps sexués de l'activité: la temporalité au principe du genre ? Temporalités. Revue des Sciences Sociales et Humaines. Paris, no. 9, 2009.

CAVALCANTI, Lara G. de A.et.all. A Pesquisa Piloto de Uso do Tempo do IBGE 2009/2010. Texto apresentado no Fazendo Gênero 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, SC, 23 a 26 de agosto de 2010.

HIRATA, Helena et all. (orgs). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo, Editora UNESP, 2009.

HIRATA, Helena, Feminismo: pluralismo, diferenças e concepções. Entrevista especial. São Leopoldo/RS. Instituto Unanitas, UNISINOS, abril de 2010. In: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/31394-feminismo->

HAICAULT, Monique. La gestion ordinaire de la vie em deux. Paris, Sociologie du Travail, no. 3, 1984(p.268-77).

MELO, Hildete et.all. Os afazeres domésticos contam, em Economia e Sociedade, Instituto de Economia/UNICAMP, nº 31, dezembro de 2007.

MOLINER, Pascale. Temps professionnel et temps personnel des travailleuses du *care* : perméabilité ou clivage ? In: Les temps sexués de l'activité. Temporalités. Revue des Sciences Sociales et humaines. Paris, no. 9, 2009.

SORJ, Bila. O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. Disponível na internet, site:

<http://www.ab&q=textos+de+bila+sorj+sobre+trabalho+das+mulheres+e+cuidados&oq=textos+de+bila+sorj+sobre+trabalho+das+mulheres+e+cuidados&gs> (consulta: 1ª. Quinzena de jul/2013)

SOUZA-LOBO, Elizabeth. A classe operária tem dois sexos. São Paulo, Brasiliense, 1991.

WEBER, Florence. Trabalho fora do Trabalho. Uma etnografia das percepções. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.